



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PR

TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

Processo nº 08385.002737/2021-34

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - MANUTENÇÃO PREDIAL

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 08385.002737/2021-34

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Contratação dos serviços de manutenção predial para as edificações pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná (SR/PF/PR), localizadas em Curitiba/PR, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Guarapuava/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Paranaguá/PR e Ponta Grossa/PR.

2.2. A ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de Edificações - Requisitos para o sistema de gestão da manutenção, em sua introdução traz as seguintes informações acerca da manutenção das edificações:

*A manutenção de edificações é um tema cuja importância supera, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso.*

*As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.*

*É inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando seu desempenho atinge níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575 (Partes 1 a 6). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso.*

*A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações.*

*Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado, esporádico ou casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e como um investimento na preservação do valor patrimonial.*

*A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.*

*Para atingir maior eficiência e eficácia na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de qualidade e de custo.*

2.3. A ABNT NBR 14037 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso operação e manutenção das edificações, traz as seguintes definições:

3.1. *componente: unidade integrante de determinado elemento do edifício, com forma definida e destinada a cumprir funções específicas (exemplos: blocos de alvenaria, telha, folha de porta) [ABNT NBR 15575-1]*

[...]

3.5. *manutenção: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança de seus usuários. [ABNT NBR 15575-1]*

3.6. *operação: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários [ABNT NBR 15575-1]*

3.7. *sistema: a maior parte funcional do edifício. Conjunto de elementos e componentes destinados a cumprir com uma macrofunção que a define (exemplo: fundação, estrutura, vedações verticais, instalações hidro sanitárias, coberturas) [ABNT NBR 15575-1]*

2.4. Por sua vez, a ABNT NBR 5674 traz as seguintes definições:

3.1. *edificação: produto constituído de um conjunto de sistemas, elementos ou componentes estabelecidos e integrados em conformidade com os princípios e técnicas da engenharia e arquitetura.*

3.6. *serviço de manutenção: intervenção realizada na edificação e seus sistemas, elementos ou componentes constituintes.*

3.7. *sistema de manutenção: conjunto de procedimentos organizados para gerenciar os serviços de manutenção.*

2.5. A Superintendência Regional da Polícia Federal e suas unidades subordinadas financeiramente, terá por responsabilidade para a execução desta contratação, as seguintes edificações:

#### 2.5.1. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM CURITIBA

2.5.1.1. Superintendência Regional no Estado do Paraná (SR/PF/PR): Rua Profª Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, Curitiba/PR.

2.5.1.2. Grupo de Investigações (GISE/DRE/DRCOR/SR/PF/PR): Rua Alameda Dr. Muricy, 814, Curitiba/PR.

2.5.1.3. Pátio Hauer (PÁTIO/SR/DPF/PR): Rua Presidente Pádua Fleury, 1789, Curitiba/PR.

#### 2.5.2. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUARAPUAVA

2.5.2.1. Sede da Delegacia (DPF/GPB/PR): Rua Professor Becker, 1950, Centro, Guarapuava/PR.

#### 2.5.3. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA

2.5.3.1. Sede da Delegacia (DPF/LDA/PR): Rua Tietê, 1450, Vila Nova, Londrina/PR.

2.5.3.2. Grupo de Investigações (GISE/DPF/LDA/PR): Av. São João, 500. Antares, Londrina/PR.

#### 2.5.4. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MARINGÁ

2.5.4.1. Sede da Delegacia (DPF/MGA/PR): Av. José Alves Nendo, 1309-Zona 08, Maringá/PR.

#### 2.5.5. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PARANAGUÁ

2.5.5.1. Sede da Delegacia (DPF/PNG/PR): Rua Manoel Bonifácio, 309 - Centro Histórico, Paranaguá/PR.

2.5.5.2. Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPOM/DPF/PNG/PR): Rua Benjamin Constant, 504, Paranaguá / PR.

#### 2.5.6. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PONTA GROSSA

2.5.6.1. Sede da Delegacia (DPF/PGZ/PR): Rua Maria Rita Perpétuo da Cruz nº 11, Ponta Grossa/PR.

2.6. É possível verificar que a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba e suas unidades subordinadas financeiramente, possuem edificações que utilizam vários sistemas, máquinas e equipamentos, além de inúmeros componentes, e apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento.

2.7. Entre estes sistemas, as instalações elétricas e civis (estruturas, acabamento – piso, divisórias, portas, esquadrias, pintura, rebocos, etc. - hidráulicas, sanitárias, águas pluviais, de combate a incêndio etc.), e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

2.8. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.

2.9. Considerando que as atividades de manutenção predial não constituem área de competência legal desta Polícia Federal, seja nas disposições constitucionais, em especial no art. 144 da Constituição Federal, bem como nas demais disposições legais e normativas, verifica-se a necessidade de contratação dos serviços terceirizados (execução indireta), consoante previsão no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, para atender a necessidade de manutenção das edificações sob responsabilidade da SR/PF/PR e de seus sistemas, a fim de preservar o patrimônio público, o adequado uso das edificações, garantindo a segurança e qualidade de vida dos usuários, bem como para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada das edificações.

2.10. Além disto a Portaria MPDG nº 443/2018, dispõe que:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão **preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:**

[...]

VII - conservação e jardinagem;

[...]

X - elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e acompanhamento de execução de obras;

[...]

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

2.11. A previsão de que tais serviços serão preferencialmente objeto de execução indireta segue ainda o que já havia sido instituído pelo Decreto-Lei 200/67, que estabelece que para melhor dedicar-se às tarefas inerentes à Administração Pública e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração deve procurar desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato.

2.12. Atualmente não há contrato de manutenção predial firmado para nenhuma das edificações sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná - UASG 200364.

2.12.1. A maioria das edificações está sem cobertura contratual para manutenção predial há alguns anos, sendo que apenas as edificações localizadas no município de Curitiba/PR eram objeto da manutenção através do Contrato nº 21/2018-SR/PF/PR, firmado com a empresa OMS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.416.843/0001-38.

2.12.2. O Contrato nº 21/2018-SR/PF/PR, conforme Relatório Final do Contrato, foi executado pelo período de 48 (quarenta e oito) meses e não foi prorrogado ante o desinteresse da empresa contratada na respectiva prorrogação, tendo, portanto, seu encerramento ocorrido em 11/12/2022. Foram ainda registrados os seguintes pontos para aprimoramento:

#### 3.1. VALOR ESTIMADO PARA MATERIAIS E PEÇAS

3.1.1. O valor contratado para materiais e peças (item 5 do Contrato), nos últimos exercícios de execução, se tornou insuficiente para a execução do

contrato, considerando em especial a variação dos custos dos insumos da construção civil no período.

3.1.2. Entretanto, não foi possível complementar o valor do contrato para atender as demandas, tendo em vista que pareceu não haver informações suficientes para demonstrar que a variação que se pretendia complementar se referia ao aumento de preços, e consequente, defasagem do valor contratual estimativo, e não de quantidades por exemplo.

### 3.2. FALTA DE INTERESSE NA PRORROGAÇÃO POR PARTE DA EMPRESA CONTRATADA

3.2.1. A empresa OMS Engenharia não tinha interesse em prorrogar o contrato, já na sua primeira prorrogação, conforme constou do e-mail enviado pela empresa (documento SEI 11359548).

3.2.2. Após negociação a empresa concordou em prorrogar por 4 (quatro) meses para que fosse possível a finalização de novo processo de contratação a fim de evitar a interrupção dos serviços (documento SEI 12724222 e 12724273), entretanto, o novo processo de contratação não pode ser finalizado e a empresa acabou concordando com as prorrogações que se seguiram.

3.2.3. Ao ser questionada para a prorrogação a partir de dezembro de 2022, a empresa informou que não havia interesse na prorrogação e o contrato acabou encerrado por decurso de tempo, tendo sido executados 48 (quarenta e oito) meses de contrato (documento SEI 25259971).

3.2.4. Em contato telefônico, a empresa informou que entre os motivos que levaram ao desinteresse é que a forma como contratada, apenas postos com dedicação exclusiva de mão de obra e o baixo valor para peças/materiais, acabavam por impedir que fossem realizadas as manutenções que a empresa entendia como mais necessárias para a edificação, aliado ao fato de que se tratava de contrato de baixo valor se comparado aos demais que a empresa está executando e portanto, desvantajosa para a empresa à continuidade na execução do contrato.

2.13. Assim, por todo o exposto, conclui-se que é imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene das edificações e de todos os sistemas que a compõem constituindo-se, portanto, em uma necessidade permanente para a manutenção da atividade administrativa. A não execução da correta manutenção dos sistemas supracitados e objetos do presente estudo traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que uma interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços por exemplo, expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; entre outros.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - SR/PF/PR			
Nome	Matrículas	Telefone	E-mail
APF MARCELO KEITI SUGUIMATI	21.296- PF 3154549 - SIAPE	(41) 99823-4695	marcelo.mks@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - SR/PF/PR			
APF WILSON BARRETO	2.428.850 - PF 183581 - SIAPE	(41) 3251-7823	wilson.wb@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/MGA/PR			
APF EDUARDO YANAGA	13.649 - PF 1503185 - SIAPE	(44) 3220-1400	yanaga.ey@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/MGA/PR			
APF EDSON BENALIA BOLONHESI	7443 - PF 1070895 - SIAPE	(44) 3220-1402	edson.ebb@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/LDA/PR			
APF VALTER AMAURI FIOR	1.896 - PF 1826697 - SIAPE	(43) 3294-7200	walterfior.waf@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/LDA/PR			
AAD MARIA LIMIRO FERREIRA IKIMOTO	20.125 - PF 2177376 - SIAPE	(43) 3294-7205	limiro.mlfi@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/PNG/PR			
APF DÉBORA INÊS NASCIMENTO	21.896 - PF 3210699 - SIAPE	(41) 3038-8596	debora.din@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/PNG/PR			

EPF ALESSANDRO DE BARROS VIVONE	14.413 - PF 1517603 - SIAPE	(41) 3038-8554	alessandro.abv@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/PGZ/PR			
ADM. SÉRGIO LUIZ DOMINGUES	11.972 - PF 1476805 - SIAPE	(42) 3026-5955	domingues.sld@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/PGZ/PR			
AAD MARIANA FERNANDES DA ROCHA	21.076 - PF 2387265 - SIAPE	(42) 3026-5955	mariana.mfr@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE - DPF/GPB/PR			
EPF RODRIGO HENRIQUE SCHERNOVSKI	7.500 - PF 3291275 - SIAPE	(42) 3035-8702	rodrigo.rhs@pf.gov.br
APF ANDRÉ RICARDO TREVELIN MILLAN	13.686 - PF 1.503.889 - SIAPE	(42) 3035-8701	andre.artm@pf.gov.br

#### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Enquadramento do objeto

4.1.1.O objeto da contratação deve ser classificado com um **serviço comum de engenharia**, pelos motivos abaixo elencados.

4.1.2.Os serviços de engenharia estão disciplinados da seguinte forma na Lei nº 14.133/2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*

*b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;*

4.1.3.Os serviços de manutenção predial, objeto que se pretende contratar, demandam a atuação de um técnico responsável pelas edificações, que é responsável por coordenar as atividades e avaliar as intervenções necessárias, sendo que esta atividade é privativa das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, e portanto, se enquadram enquanto serviços de engenharia.

4.1.4.Os serviços de manutenção predial são usuais no ramo da engenharia, e tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, e, portanto, enquadram-se como serviço comum de engenharia.

4.1.5.Além disso, o serviço comum de engenharia não se presta a criar coisa nova, espaço novo ou mesmo trazer significativa mudança na geometria da edificação ou parte dela. São pequenas adequações, reparos, realocações, mas nada que mude a finalidade para qual a edificação foi concebida.

##### 4.2. Building Information Modelling – BIM

4.2.1.Não se aplica ao objeto desta contratação, a exigência de Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM), prevista no Decreto 10.306/2020 e no artigo 19, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a modelagem em BIM é meio e não fim para o objeto a ser contratado. Os serviços de manutenção predial não se prestam a grandes intervenções ou modificações de layout, são adequações pontuais que não merecem destaque ao ponto de contratar profissional especializado ou exigir que a empresa realize as-built, de prancha, desenho ou BIM e, ainda que fosse fugiria do escopo da contratação pois para este contrato não pode ser exigido da empresa a elaboração de projeto.

##### 4.3. Natureza dos Serviços:

4.3.1.Os serviços demandados devem ser classificados como **serviços contínuos**, pelos motivos abaixo elencados.

4.3.1.1.A definição da Lei nº 14.133/2021 para serviços contínuos é dada da seguinte forma:

*XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

4.3.1.2.A nova lei de licitações alterou a definição acerca dos serviços e fornecimentos contínuos, em comparação com a legislação anterior. Nesse sentido texto de artigo publicado:

*Vejam-se que a legislação usou as expressões contínuos, permanentes e prolongadas. Contínuos são os serviços ou fornecimentos e permanentes ou prolongadas são as necessidades a serem satisfeitas. Vale dizer, a lei incluiu no conceito de contínuos tanto serviços/fornecimentos duradouros, de fato permanentes, como serviços/fornecimentos transitórios cuja necessidade é prolongada, alongada. Nada impede que serviços ou fornecimentos prolongados, transformem-se, com o tempo, em permanentes. O ponto é que, na Nova Lei, não se trata necessariamente de serviços essenciais, imprescindíveis e permanentes.*

Recentemente, para concretizar ainda mais a noção do que pode enquadrar-se como serviço ou fornecimento contínuo, a Justiça Federal, no seu Primeiro Simpósio de Licitações e Contratos, aprova vários Enunciados relacionados à contratação pública na Nova Lei de Licitações e estes certamente podem ser utilizados como referência em todas as demais esferas. Pelo menos 03 deles tratam de serviços e fornecimentos contínuos, vejamos:

[...]

**ENUNCIADO 14** Consideram-se serviços prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção dos órgãos da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como:

*XXIII – manutenção preditiva, preventiva, corretiva, operação, suporte e/ou atualização do sistema, no que couber, de: a) ar-condicionado, ventilação e exaustão; b) cabeamento de transmissão de dados e voz; c) estruturas de dados das soluções de Business Intelligence das áreas judicial e administrativa; d) central telefônica do CJF; e) elevadores; f) equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos e de TIC; g) equipamentos de combate a incêndio, com ou sem reposição de peças, componentes e acessórios; h) equipamentos de inspeção por raio-x, de detectores de metais e de narcóticos e explosivos; i) grupo de geradores fornecedores de energia; j) persianas e cortinas; k) softwares e serviços de TIC; l) sinalização de segurança, CFTV e controle de acesso; m) veículo da frota, mediante sistema de administração e gerenciamento; n) prédios (instalação, estrutura e todos os seus subsistemas);*

**A previsão legal a respeito de serviços contínuos na Nova Lei de Licitações, somada aos Enunciados recentemente divulgados pela Justiça Federal, deixam clara a quebra de paradigma em relação a esse assunto e encerram de vez aquela ideia vigente na Lei nº 8.666/93 de que serviços contínuos eram somente aqueles cuja ausência poderia paralisar a Administração Pública, aqueles cujos quais a Administração não sobreviveria sem. Esse conceito não cabe mais no dinamismo e eficiência que exigem o agir da Administração Pública. Sabe-se que obviamente a Administração precisa de serviços de muita imprescindibilidade bem como precisa de serviços que, embora não sejam imprescindíveis para que as luzes permaneçam acesas, são tão importantes quanto. Ter esses serviços cobertos pela natureza da continuidade, garante à Administração a possibilidade de ter contratos vigentes por até 10 anos, o que traz um ganho absoluto em termos de eficiência e agilidade. Acesso em 15/03/2023 - sem grifo no original - [https://sollicita.com.br/Noticia/?p\\_idNoticia=19626&n=assinatura-de-peri%C3%B3dicos-especializados](https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=19626&n=assinatura-de-peri%C3%B3dicos-especializados).**

- 4.3.1.3. Conforme conceito da ABNT NBR 5674, a edificação é um produto constituído de um conjunto de sistemas, elementos ou componentes estabelecidos e integrados em conformidade com os princípios e técnicas da engenharia e arquitetura.
- 4.3.1.4. Assim, é necessário que todos os sistemas que compõe cada edificação sejam devidamente mantidos, com o fim de preservar o desempenho da edificação ao longo do tempo, minimizando a depreciação patrimonial, pois como já citado é *inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis*.
- 4.3.1.5. **Assim, a manutenção predial é uma necessidade permanente, independente se as atividades de intervenção são rotineiras ou por evento, visto que é obrigação do gestor manter todos os sistemas prediais operando, caso não fosse as atividades do órgão seriam comprometidas ou mesmo cessariam.**
- 4.3.1.6. Quando uma edificação fica sem a devida manutenção, por conseguinte se está reduzindo a sua vida útil e/ou aumentando a necessidade de intervenções corretivas na tentativa de fazer o imóvel cumprir o seu ciclo de vida útil.
- 4.3.1.7. Assim, as atividades de manutenção devem sempre ser realizadas de forma contínua, não se confundindo com a reforma e/ou retrofit de edificações, que se caracterizam como serviço por escopo e que possuem seu próprio lugar na cronologia da construção, pois no ciclo de vida de um prédio ou edifício já existem as marcações temporais, aos 30 e 50 anos após sua construção, onde serão realizadas as grandes intervenções.
- 4.3.1.8. Embora haja diferentes periodicidades para a realização das atividades, o serviço de manutenção das edificações continua sendo caracterizado pela destinação para atendimento de uma necessidade permanente.
- 4.3.2. **A solução para o serviço de manutenção** a ser contratado deverá abarcar atividades de supervisão e responsabilidade técnica, atividades a serem executadas por empresa ou profissional capacitado e atividades a serem executadas por empresa ou profissional especializado, sejam elas executadas com dedicação exclusiva de mão de obra ou por demanda, além de incluir o fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços pelos motivos abaixo.
  - 4.3.2.1. Como já citado, cada edificação possui diversos sistemas que são interligados e que possuem interdependência entre si. Assim, por mais que alguns destes sistemas sejam mais complexos, em especial, por exemplo, o sistema de climatização central, os sistemas de combate à incêndio e os sistemas de energia ininterrupta e grupo gerador, as atividades de manutenção que serão executadas nestes sistemas se comunicam entre si a exemplo, dos quadros de distribuição de energia e do sistema hidráulico, que abastecem máquinas e equipamentos de toda a edificação.
  - 4.3.2.2. Quando uma intervenção é realizada em um sistema terá reflexos em outro, além disso uma demanda específica muitas vezes exige a interação com diversas áreas, como o exemplo de um reparo em um duto de ventilação onde será necessária a atuação do profissional pedreiro, do mecânico de refrigeração e, a depender do tamanho e da dificuldade do reparo haverá a necessidade de lançar mão do serviço eventual especializado para a confecção daquele duto.
  - 4.3.2.3. Ainda, para a realização das diversas atividades de manutenção é necessário o uso de peças, equipamentos, insumos, bem como necessária a disponibilização de EPI's e ferramentas às equipes que realizarão as intervenções. Tais materiais devem estar prontamente disponibilizados sob pena de impedir ou retardar a realização das intervenções. O levantamento das quantidades será abordado de forma detalhada no item 7 deste ETP.
  - 4.3.2.4. No caso de compra separada de materiais, na situação de defeito de algum serviço, é bastante dificultosa a apuração da causa do referido problema, que pode ser tanto em função de uma peça defeituosa ou de serviço executado de forma deficiente. Nesta situação haveria um custo alto para gerenciar e operacionalizar a compra de insumos em contratação à parte, além de um custo alto com a identificação e resolução de problemas que ocorrem durante a execução do contrato. Entretanto, é necessário definir critérios objetivos que permitam que os materiais sejam adquiridos por preços vantajosos à Administração Pública, tal aspecto será abordado no item 6 deste ETP.
  - 4.3.2.5. Entende-se que o contrato a ser celebrado deve ter a capacidade de fornecer manutenção periódica seja de caráter preventivo ou corretivo, alocando mão de obra e materiais de acordo com a necessidade dos sistemas que compõem a edificação.
  - 4.3.2.6. Um dos motivos apontados pela empresa OMS Engenharia pelo desinteresse na prorrogação do contrato mantido com a SR/PF/PR, que já havia sido indicado no final do primeiro ano de execução contratual, foi a contratação de apenas serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. De fato, se o serviço não consta do escopo da mão de obra dedicada não é possível realizar a adequada manutenção predial, e considerando a ampla variedade de sistemas que compõem a edificação não se vislumbra a possibilidade de atender todas as demandas de manutenção com apenas mão de obra residente.
  - 4.3.2.7. Conforme já explicitado no item 4.1.3 há a ainda a necessidade de se contratar um responsável técnico pelas edificações. Além da obrigação legal, tal atividade será ainda mais crucial na presente contratação, vez que conforme já informado a maioria das edificações não vem sendo mantida através de contrato há alguns anos, smj, havendo apenas intervenções emergenciais, conforme o caso. Tal situação demandará levantamento da situação das edificações, do gerenciamento das atividades de manutenção de forma a estabelecer prioridade na execução, observando a criticidade e os limites de recursos disponíveis, bem como será necessário realizar levantamento de eventuais reformas que serão necessárias, naquelas situações em que as atividades de manutenção não sejam suficientes para preservar a edificação, a fim de que sejam licitadas em processo próprio por esta Administração.
- 4.3.3. Em função da necessidade de contratação de serviços por postos com dedicação exclusiva de mão de obra, justificada no item 6 deste ETP, é necessária a adoção de **medidas para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado**, optando-se, conforme razões

detalhadas a seguir, por:

- a) prever a exigência de garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas
- b) condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- c) adotar o mecanismo da conta vinculada
- d) em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

4.3.3.1.As medidas listadas acima estão previstas no § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, ainda em Nota Explicativa no modelo de TR para serviços comuns de engenharia disponibilizado pela AGU, consta a necessidade de se a contratação de serviço comum de engenharia for realizada com dedicação exclusiva de mão-de-obra, a combinação com o modelo do termo de referência de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, transportando as cláusulas pertinentes, em especial as que asseguram os direitos trabalhistas dos terceirizados e disciplinam a repactuação de preços, para este instrumento.

4.3.3.2.Relativamente ao instituto da conta vinculada, o mecanismo já vem sendo adotado nesta SR/PF/PR há alguns anos e tem se mostrado eficiente a fim de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo Contratado.

4.3.3.3.Nessa contratação especificamente a vantajosidade deste mecanismo (conta vinculada) em comparação com o mecanismo do fato gerador, se justifica principalmente por ser um procedimento mais simples de utilização pela fiscalização. Na conta vinculada mensalmente serão depositados em conta os percentuais estipulados na IN MPDG nº 05/2017. Tais valores somente serão liberados para o pagamento das obrigações trabalhistas do contrato.

4.3.3.4.A contratação que se pretende formalizar será uma inovação para esta SR/PF/PR, trazendo diversos procedimentos que serão necessários de observação pela fiscalização do contrato, assim o mecanismo do pagamento pelo fato gerador, que é um mecanismo que exige maiores procedimentos pela fiscalização e seria mais uma inovação nesta SR/PF/PR, entende-se que é mais desvantajoso do que a conta vinculada, dada a realidade atual da Unidade Gestora. Os custos de operacionalização do pagamento pelo fato gerador, neste momento, estima-se suplantarem os benefícios, vez que a conta vinculada tem atendido de forma satisfatória a necessidade dos contratos terceirizados da Unidade Gestora.

4.3.3.5.Todas estas medidas passaram a ser contempladas diretamente na Lei nº 14.133/2021 e são fundamentais para evitar a responsabilização subsidiária da Administração em eventuais ações trabalhistas.

#### 4.4. Duração inicial do contrato:

4.4.1.A duração inicial do contrato, considerando se tratar de serviço contínuo conforme já justificado, deverá ser de 02 (dois) anos prorrogáveis por até 10 (dez) anos, por ser mais vantajoso pelos motivos abaixo expostos.

4.4.1.1.A nova lei de licitações passou a tratar a duração dos contratos administrativos para serviços e fornecimentos contínuos da seguinte forma:

*Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*

*I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;*

*II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*

*III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

*§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.*

*Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

4.4.1.2.A formalização dos contratos de serviços contínuos por prazo superior a um ano implica na diminuição dos custos administrativos com as formalizações das prorrogações dos contratos, além disso demonstra ao mercado fornecedor a intenção da Administração em manter o contrato pelo período máximo legalmente estabelecido, o que gera uma perspectiva de obtenção de melhores preços.

4.4.1.3.A inovação dos dispositivos de vigência do contrato da nova lei de licitações parece atender a necessidade verificada na execução de seus contratos, qual seja a de racionalizar e diminuir custos com procedimentos administrativos.

4.4.1.4.Como se verifica no próprio processo de planejamento desta contratação, o caminho buscado para a Administração pública é cada vez mais voltado ao planejamento e à eficiência. Assim, para que possam ser desenvolvidas todas as atividades que se esperam no processo de planejamento de contratações é necessário que se possa desincumbir de atividades que analisadas sob a perspectiva de custo x benefício não se justificam, como é entendido, pela verificação na prática, dos processos anuais de prorrogação.

4.4.1.5.Veja-se que a verificação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como da ausência de impedimento de contratar é realizada mensalmente antes do pagamento de cada fatura, assim ainda não que não se formalizem processos de prorrogação anual os requisitos legais e normativos acerca deste aspecto são verificados mensalmente.

4.4.1.6.Ainda, mensalmente, deve ser analisado pela fiscalização do contrato, se o contrato está sendo prestado de forma adequada, dispondo ainda de mecanismos para ajustes de pagamento e mesmo de rescisão do contrato no caso de descumprimento.

4.4.1.7.Além disso, a lei reservou disposição específica quanto à necessidade de anualmente se verificar a existência de créditos orçamentários para a execução do contrato. Tal análise já era realizada anualmente no âmbito da Polícia Federal, com o cadastro das Declarações de Disponibilidade Orçamentária no módulo DDO do sistema e-Log.

4.4.1.8.Ainda a própria lei estabelece regra para que a Administração possa extinguir sem ônus o contrato antes de vencido o prazo inicialmente previsto, seja porque não dispõe de créditos orçamentários, seja porque as circunstâncias de execução tornaram o contrato desvantajoso, ao mesmo tempo resguarda o contratado prevendo prazo mínimo de antecedência.

4.4.1.9.No caso do presente contrato, ainda que a Administração resolva pela rescisão antecipada, seria necessário que o novo processo de contratação fosse iniciado com bastante antecedência, a fim de evitar a interrupção contratual, que leva a situações, por exemplo, como a verificada na SR/PF/PR no final de dezembro de 2022, onde em função de grande temporal que afetou o sistema elétrico, passou-se cerca de 2 (dois) meses com algumas salas sem energia elétrica, prejudicando a realização dos trabalhos rotineiros do órgão.

4.4.1.10.Ainda o contrato envolve em parte serviços que deverão ser desenvolvidos sob o regime de mão de obra exclusiva, sendo que nesses serviços há a necessidade da elaboração das planilhas de custos que prevejam benefícios trabalhistas e custos de reposição de profissional ausente em função de férias que passarão a incidir apenas após o segundo ano de execução do contrato. Assim, em o contrato sendo firmado para ser executado pelo período de 05 (cinco) anos os custos estimados poderão ser previstos de forma mais adequada para toda a execução contratual.

**4.5. Subcontratação:**

4.5.1. Ao analisar o objeto e as contratações já realizadas, bem como a realidade da execução contratual, entende-se que a solução para atendimento da necessidade não deverá ser parcelada de maneira formal, pelas razões justificadas detalhadamente no item 9 neste ETP. Entretanto, entende-se que é vantajoso adotar o parcelamento material, mediante a permissão de subcontratação pelos motivos expostos abaixo.

4.5.1.1. A permissão da subcontratação ampliará a competitividade, possibilitando a participação de empresas que não possuem em seu quadro de funcionários, técnicos especializados em todos os sistemas das edificações, e não prejudicará a execução contratual vez que *em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação*, nos termos do modelo de contrato disponibilizado pela AGU.

4.5.1.2. De toda forma, há de se adotar mecanismos para não se desvirtuar o processo licitatório, razão pela qual, entende-se que a subcontratação somente deverá ser permitida, mediante autorização da Administração, conforme o caso, através da Fiscalização Técnica do Contrato, especialmente, para manutenção de eventuais equipamentos durante o prazo de garantia, para situações de manutenção corretiva de emergência, para serviços a serem realizados de forma periódica, **e para as seguintes parcelas, que entende-se tratar de serviços especializados:**

**4.5.1.2.1. SR/PF/PR:**

- 4.5.1.2.1.1.01 (um) Conjunto composto por 01 Grupo Gerador marca Maquigeral, modelo 4379, operação automática, potência nominal de 450 kVA, tensão de 380/220V, frequência 60Hz, fator de potência 0,8 indutivo, em instalação abrigada;
- 4.5.1.2.1.2.01 (um) Conjunto composto por 02 nobreaks de 60 kVA cada, marca WEG, modelo Enterprise, instalados em sala do subsolo da edificação ao lado da subestação. Operam na configuração paralela redundante ativa, com os inversores compartilhando a alimentação da carga, existindo ainda 01 transformador isolador 120 kVA, 380V / 380V, antes da distribuição para as cargas; Tensão de Saída trifásica 380V / 220V – 60Hz. Possuem chave de bypass para manutenção;
- 4.5.1.2.1.3.01 (um) Conjunto composto por 02 Bancos de Baterias, marca WEG, cada um contendo 62 baterias VRLA, tensão nominal 12Vcc, capacidade 100Ah, acondicionadas em quadros elétricos;
- 4.5.1.2.1.4.01 (um) Conjunto composto por 02 nobreaks de 30 kVA cada, marca WEG;
- 4.5.1.2.1.5.01 (um) Conjunto composto por 02 Bancos de Baterias, marca WEG, cada um contendo 124 baterias VRLA, tensão nominal 12Vcc, capacidade 18Ah, acondicionadas em quadros elétricos;
- 4.5.1.2.1.6.01 (um) Conjunto composto por 01 nobreak de 100 kVA cada, marca Legrand, modelo Arquimod;
- 4.5.1.2.1.7.01 (um) Conjunto composto por 01 Bancos de Baterias, marca LEGRAND, contendo 336 baterias, tensão nominal 12Vcc, capacidade 9Ah, acondicionadas em quadros elétricos;
- 4.5.1.2.1.8. Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelo e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.
- 4.5.1.2.1.9. Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.
- 4.5.1.2.1.10.01 (um) Sistema de climatização central composto por 04 chillers com as seguintes capacidades:
- 4.5.1.2.1.11.01 chiller de 260 TR;
- 4.5.1.2.1.12.01 chiller de 210 TR;
- 4.5.1.2.1.13.02 chillers de 30 TR (apenas um funcionando);
- 4.5.1.2.1.14. Possui rede distribuidora de água gelada e 229 (duzentas e vinte e nove) unidades internas do tipo “fancoil”.

**4.5.1.2.2. DPF/LDA/PR**

- 4.5.1.2.2.1.01 (um) Conjunto composto por 01 Grupo Gerador com potência de 150 KVA, da marca STEMAC, modelo DS 7320, frequência=60Hz.
- 4.5.1.2.2.2.01 (um) Conjunto composto por 2 (dois) nobreaks de 40KVA, de fabricação ENGETRON - 60HZ.
- 4.5.1.2.2.3.01 (um) Conjunto composto por 02 Bancos de Baterias, marca ENGETRON, cada um contendo 128 baterias, tensão nominal 12Vcc, capacidade 9Ah;
- 4.5.1.2.2.4. Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.
- 4.5.1.2.2.5. Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

**4.5.1.2.3. DPF/MGA/PR**

- 4.5.1.2.3.1.01 (um) Conjunto composto por 02 nobreaks de 3,2kVA cada, marca NHS, modelo Prime Senoidal;
- 4.5.1.2.3.2.01 (um) Conjunto composto por 02 Bancos de Baterias, marca NHS, cada um contendo 8 baterias, tensão nominal 12Vcc, capacidade 9Ah;
- 4.5.1.2.3.3.01 (um) Conjunto composto por 01 nobreak de 3,2kVA cada, marca SINUS, modelo Sinus Double II DSP;
- 4.5.1.2.3.4.01 (um) Conjunto composto por 01 Banco de Bateria, marca SINUS, contendo 32 baterias, tensão nominal 12Vcc, capacidade 7Ah;
- 4.5.1.2.3.5. Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.
- 4.5.1.2.3.6. Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

**4.5.1.2.4. DPF/PGZ/PR**

- 4.5.1.2.4.1.01 (um) Conjunto composto por 01 nobreak de 20kVA, marca NHS, modelo Expert On Line;
- 4.5.1.2.4.2.01 (um) Conjunto composto por 01 Banco de Baterias, marca NHS, contendo 24 baterias, capacidade 45Ah;

4.5.1.2.4.3.01 (um) Conjunto composto por 01 nobreak de 2,2kVA, marca TS SHARA, modelo UPS Senoidal Universal;

4.5.1.2.4.4.01 (um) Conjunto composto por 01 Banco de Baterias, marca TS SHARA, contendo 4 baterias, capacidade 7Ah;

4.5.1.2.4.5.Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

4.5.1.2.4.6.Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

#### 4.5.1.2.5.DPF/GPB/PR

4.5.1.2.5.1.Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

4.5.1.2.5.2.Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

#### 4.5.1.2.6.DPF/PNG/PR

4.5.1.2.6.1.01 (um) Conjunto composto por 01 nobreak, marca HDS;

4.5.1.2.6.2.01 (um) Conjunto composto por 01 Banco de Baterias, marca HDS;

4.5.1.2.6.3.Sistemas de prevenção e combate contra incêndio - recarga de extintores - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

4.5.1.2.6.4.Sistemas de equipamentos de expansão direta – tipo SPLIT/ACJ - conforme modelos e quantidades descritas no Anexo I deste ETP - Descrição das Edificações e dos Sistemas.

4.5.1.3.Os serviços de manutenção supracitados, poderão ser executados diretamente pela contratada desde que comprovada a habilitação e pessoal capacitado para tal, sem ônus sobre a equipe residente. Entende-se como habilitada a empresa que possui em seus quadros:

4.5.1.3.1.Para os sistemas de climatização: Engenheiro mecânico com capacidade técnica comprovada equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.

4.5.1.3.2.Para os sistemas de combate a incêndio: Engenheiro ou arquiteto com comprovada habilitação em segurança do trabalho.

4.5.1.3.3.Para os sistemas de Energia Ininterrupta e Grupo Gerador: Engenheiro Eletricista com capacidade técnica comprovada, equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.

#### 4.6. Dispensa de Projetos

4.6.1.No tocante ao tema a Lei 14.133/21 diz o seguinte:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.*

4.6.2.Portanto, é necessário que os estudos preliminares, o termo de referência e o caderno de especificações, dentre outros, estejam suficientemente claros e precisos, para que não haja dúvidas quando da fase aberta da licitação. Dessa maneira e levando em conta o material produzido pela EPC, que resumidamente se constitui em Estudos Técnicos Preliminares, Planilhas Orçamentárias, Caderno de Encargos e Termo de Referência, considera-se a união desses documentos como um Projeto Executivo, que detém nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a correta execução dos serviços.

#### 4.7. Sustentabilidade:

4.7.1.A própria contratação do serviço de manutenção predial é uma iniciativa sustentável, uma vez que atende, em especial, dois pilares de sustentabilidade, o econômico e o ambiental. Sob o ponto de vista econômico, as edificações são um investimento da instituição e que devem ser adequadamente mantidas a fim de evitar a perda de valor econômico. Sob o ponto de vista ambiental, as edificações não podem ser tratadas como um produto descartável, pois utilizam consideráveis recursos naturais na sua produção, assim há que se adotar a adequada manutenção com o fim de atender ou prolongar a vida útil estimada do empreendimento.

4.7.2.Em relação ao ciclo de vida do objeto, cabe ressaltar que o serviço de manutenção predial é meio para garantir um ciclo de vida sustentável para as edificações que fazem parte do objeto da pretendida contratação. Não há como mensurar ou criar qualquer regra de obsolescência programada para este objeto. Entretanto, tal fato, não afasta a obrigatoriedade da contratada em seguir as normas de sustentabilidade quanto à obtenção de insumos ou execução dos serviços.

4.7.3.A empresa contratada deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, conforme critérios abaixo, em especial verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

4.7.3.1.Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.7.3.2.Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenagem e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.7.3.2.1.É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs, CFC-12, CFC- 114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.7.3.2.2.Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do art. 2º e parágrafos da citada Resolução;



- 4.7.3.2.3.A SDO recolhida deve ser reciclada "in loco", mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- 4.7.3.2.4.Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- 4.7.3.3.Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 4.7.3.3.1.Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 4.7.3.3.2.Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 4.7.3.3.3.Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
- 4.7.3.3.4.Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 4.7.3.4.Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 4.7.3.5.O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 4.7.3.6.Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 4.7.3.6.1.resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 4.7.3.6.2.resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.7.3.6.3.resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 4.7.3.6.4.Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.7.3.7.Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 4.7.3.8.Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 4.7.3.9.Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.7.3.9.1.Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 4.7.3.9.2.Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 4.7.3.9.3.Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 4.7.3.9.4.Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 4.7.3.9.5.Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 4.7.3.9.6.Os equipamentos elétricos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e trata da etiquetagem compulsória do respectivo equipamento;
- 4.7.3.9.7.A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol e das lâmpadas fluorescentes originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador,

comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

4.7.3.9.8.A contratada deverá providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada.

4.7.4.Além disto, a contratada deverá observar, no que couber, as normas gerais de sustentabilidade:

4.7.4.1.Normas ABNT para sustentabilidade:

4.7.4.1.1.ABNT ISO/TR 14062:2004

4.7.4.1.2.ABNT NBR 16001:2012

4.7.4.1.3.ABNT NBR ISO 10002:2005

4.7.4.1.4.ABNT NBR ISO 10014:2008

4.7.4.1.5.ABNT NBR ISO 14001:2015

4.7.4.1.6.ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014

4.7.4.1.7.ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014

4.7.4.1.8.ABNT NBR ISO 26000:2010

4.7.4.1.9.ABNT NBR ISO 31000:2009

4.7.4.1.10.ABNT NBR ISO 50001:2011

4.7.4.1.11.ABNT NBR ISO 9001:2015

4.7.4.1.12.ABNT NBR ISO 9004:2010

4.7.4.2.Legislação Ambiental e correlatas:

4.7.4.2.1.Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.

4.7.4.2.2.Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima.

4.7.4.2.3.Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.7.4.2.4.Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

4.7.4.2.5.Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico.

4.7.4.2.6.Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio.

4.7.4.2.7.Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

4.7.4.2.8.Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal

4.7.4.2.9.Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional.

4.7.4.2.10.Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

4.7.4.2.11.Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal.

4.7.4.2.12.Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

4.7.4.2.13.Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.

4.7.4.2.14.Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública.

4.7.4.2.15.Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

#### 4.8. Garantia da Contratação

4.8.1.Deverá ser exigida a garantia da contratação (garantia de execução), tendo em vista que a natureza dos serviços, bem como a existência de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, requerem que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas, adotando-se o percentual de 5% previsto como regra no art. 98, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.

#### 4.9. Software de Gerenciamento

4.9.1.Um ponto crucial no planejamento das contratações, para avaliação da execução dos contratos, e para a própria avaliação das manutenções das edificações, é a disponibilidade de dados históricos da manutenção. Atualmente tais dados não podem ser obtidos de forma célere ou com grau de certeza adequado da exatidão dos dados, seja pela ausência de contratos de manutenção para a maioria das edificações sob responsabilidade da SR/PF/PR, seja porque o contrato anterior não previa a disponibilização destas informações de uma forma estruturada.

4.9.2.Com o avanço da tecnologia da informação, atualmente é possível encontrar no mercado diversos softwares para a gestão da manutenção, que entre outros se propõem a: planejar e programar a manutenção preventiva; gerenciar ordens de serviço com eficiência; gerenciar estoque de peças de reposição; melhorar a produtividade; reduzir os custos de reparo; garantir a conformidade da manutenção com os padrões regulamentares; otimizar a gestão de performance; entre outros.

4.9.3.Assim, com a finalidade de atingir os objetivos supracitados, bem como criar um banco de dados que possa fundamentar a tomada de decisões, à exemplo da contratação por postos ou demandas, da estimativa das quantidades de peças e materiais, além do conhecimento da realidade dos

ativos imobiliários da SR/PF/PR, para a contratação pretendida a empresa contratada deverá disponibilizar um sistema de gerenciamento de manutenção para registrar de forma on line todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo aquelas realizadas pela equipe residente.

4.9.4. Ao final do contrato a base de dados do software de gerenciamento de manutenção deverá ser entregue à CONTRATANTE em meio digital compatível com sistemas de banco de dados para aplicativos Windows.

#### 4.10. **Transição Contratual e Encerramento**

4.10.1. Em qualquer caso de extinção do contrato deverá a Contratada promover a adequada transição do contrato, considerando os aspectos legais, a transferência de recursos, pessoas e conhecimento, a fim de evitar a interrupção na prestação dos serviços.

4.10.2. O Gestor do Contrato deverá elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, a fim de relatar a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.10.3. No prazo de 08 (oito) meses, antes da previsão do encerramento do contrato, seja pelo esgotamento do prazo ou pela possibilidade de rescisão antecipada, prevista no inciso III do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, o Gestor do Contrato deverá iniciar procedimento com vista ao início de novo processo de contratação, anexando em especial versão preliminar do relatório previsto no item anterior.

#### 4.11. **Requisitos de Qualificação Técnica:**

4.11.1. **Registro na entidade profissional:** A Contratada deverá estar registrada no CREA/CONFEA pelos motivos expostos abaixo.

4.11.1.1. Conforme destacado no inciso V do Art. 67 da Lei 14.133 exige-se, a depender do caso, registro ou inscrição na entidade profissional competente.

4.11.1.2. O objeto da pretendida licitação trata de serviço comum de engenharia, embora seja “comum”, não exime a responsabilidade técnica do executor do serviço. Sendo assim a empresa, pessoa jurídica a ser contratada deverá possuir inscrição na entidade fiscalizadora do exercício da profissão, que para a contratação que se pretende celebrar restringe-se ao CREA/CONFEA, pois o responsável técnico deverá obrigatoriamente ser um Engenheiro Eletricista.

4.11.1.3. A escolha do Engenheiro Eletricista reside no fato de que a maioria dos chamados de manutenção predial são afetas a disciplina de elétrica, ou terminam, mesmo que indiretamente, por demandar tal tipo de intervenção.

4.11.2. **Capacidade técnica operacional:** A contratada deverá comprovar que possui capacidade técnica operacional para execução do contrato, mediante comprovação de que já executou contrato de manutenção predial, em edificação com no mínimo 7.756,54m².

4.11.2.1. Para a comprovação técnica-operacional vale destacar o Artigo 67 da Lei 14.133:

*“Art 67 A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*[...]*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;”*

*[...]*

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados*

4.11.2.2. Nesse sentido, para o contrato que se pretende celebrar, será exigida capacidade técnica operacional para 50% das parcelas mais relevantes do objeto, levando-se em conta que a unidade de medida para mensurar tal atestado é a *área*.

4.11.2.3. Considerando que 10 edificações fazem parte do objeto da contratação, mas que na verdade são independentes e seus sistemas não se relacionam, seria equivocado fazer o somatório dessas áreas com a finalidade de exigir capacidade técnica.

4.11.2.4. Definiu-se assim que a área de maior intervenção será utilizada como base para calcular a capacidade técnica pois se há a habilitação para uma edificação de área de maior não exige-se para outra de área menor.

4.11.2.5. Sendo assim, valendo-se da maior área (parcela de maior relevância) 15.513m² \*0,50 obteve-se o resultado de 7.756,54m² para comprovação de capacidade técnica operacional para serviços de manutenção predial.

4.11.2.6. Para efeitos de comprovação serão aceitos:

4.11.2.6.1. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.

4.11.2.6.2. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.11.2.7. Não serão admitidos somatórios para efeitos de comprovação de capacidade técnica operacional.

4.11.3. **Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):**

4.11.3.1.Valendo-se do raciocínio anterior, para a capacidade técnica profissional será exigida a mesma comprovação de área, 7.756,54m², ou ainda, serviço de manutenções industriais ou comerciais, entrada de energia ou manutenções em rede de energia equivalente a 300 kVA, referente a 50% da entrada de energia da maior edificação.

4.11.3.2.Para efeitos de comprovação serão aceitos:

- 4.11.3.2.1.Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
- 4.11.3.2.2.Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.11.3.3.Será admitido o somatório de até 2 (dois) atestados para efeitos de comprovação de capacidade técnica profissional.

4.12. Participação de Consórcios

4.12.1.Trata-se de serviço de manutenção predial, e dentro, do parâmetro de serviço de engenharia, se refere a um serviço de pequeno vulto, além disso as parcelas destinadas à possível subcontratação já foram definidas. Assim a opção pelo consórcio seria desproporcional ao objeto a ser contratado, e o embaraço administrativo causado por uma gestão de contrato de uma modalidade de contratação tão peculiar não traria qualquer benefício para a Administração Pública.

4.13. Participação de Cooperativas

4.13.1.Considerando a necessidade de contratação de parte dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não deverá ser permitida a participação de cooperativas, considerando especialmente o disposto na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, que assim dispõe:

*“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.”*

4.14. Regime de Execução:

- 4.14.1.Considerando que a contratação envolve diferentes tipos de manutenção e materiais, todas necessárias à adequada manutenção das edificações, na descrição da solução como um todo consta a divisão realizada por itens para que seja possível a adequada disputa de preços na licitação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração, bem como a adequada contraprestação conforme as características dos serviços contratados e efetivamente executados.
- 4.14.2.Para os itens 1 - Supervisão Técnica, 2 - Equipe Residente Curitiba/PR e 3 - Serviços Especializados Rotina, é possível a mensuração dos serviços e insumos que compõem a contratação, sendo portanto, mais adequado que sejam contratados para serem executados no regime de empreitada por preço global.
- 4.14.3.Para os demais serviços e para os materiais a serem utilizados pela equipe residente, não é possível definir com exatidão a quantidade necessária, nem tão pouco as atividades que serão necessárias durante a execução, assim, a contratação será por demanda e deverá ser executada no regime de empreitada por preço unitário.

4.15. Matriz de Riscos:

4.15.1.Não convém a inserção de uma matriz de alocação de riscos para a presente contratação, tendo em vista se tratar de manutenção predial.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. A prospecção de mercado consiste em buscar soluções semelhantes às pretendidas nesta licitação, e que tenham em comum os mesmos problemas. Verificado o problema, qual seja, manter as edificações (objeto desta licitação) e sistemas que as compõem, deve-se verificar quais as possíveis soluções, que no universo da administração pública desdobram-se em uma variedade de tipos de contratação a saber:
  - 5.1.1.Contratação de posto de trabalho fixo para cada local;
  - 5.1.2.Catálogo de serviços para cada item a ser mantenido;
  - 5.1.3.Gestão de condomínios (Facility);
  - 5.1.4.Contratações separadas para cada sistema e/ou subsistema da edificação, ex: climatização, gerador de energia, ponte rolante, etc;
  - 5.1.5.Contratação de empresa para fornecer serviço de manutenção por evento; entre outros.
- 5.2. Isto posto, deve-se adequar os tipos de contratação à realidade das edificações, bem como o manejo dos contratos provenientes dessas contratações, de maneira que haja um equilíbrio entre a rigidez do empenho do dinheiro público e a flexibilidade que o serviço de manutenção exige, visto o elevado grau de imprevisibilidade de tal tipo de serviço. Sendo assim passou-se a prospecção:

5.3. PESQUISA A PARTIR DE RESULTADOS DO PAINEL DE PREÇOS (10 CONTRATAÇÕES SIMILARES)

Item	Processo Administrativo nº	Descrição do Item	Equipe Fixa	Serviços Especiais	Serviços Sob Demanda	Peças e Materiais	Valor unitário	Área (m²)	Período	UF	Órgão	Data da Compra
1	23411.002930/2023-66	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	1 Oficial de Manutenção	x	x	Materiais, uniformes e EPI's	R\$ 75.990,36	6.471,68	24 meses	PR	INSTITUTO FEDERAL DO	3/10/2023

Predial											PARANÁ		
2	11060.732971/2022-48	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	1 oficial eletricista 1 oficial de manutenção predial, 1 oficial mecânico de climatização e refrigeração, 1 eletrotécnico	Consta em edital	Consta em edital	Uniformes, EPI's, custos com combustível e todos os insumos necessários	R\$ 525.314,88	13.020,63	12 meses	RS	RECEITA FEDERAL	1/26/2023	
3	Nº 00020/2022-000	Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra de manutenção predial corretiva, preventiva e preditiva. Serviços eventuais de manutenção predial e de manutenção elétrica predial, por demanda.	1 Assistente Técnico; 1 Assistente de Manutenção II; 1 Assistente de Manutenção I	Consta em edital	Consta em edital	Peças e insumos	R\$ 561.937,53	8.117,77	12 meses	RS	INMETRO	1/30/2023	
4	00588.001425/2022-04	Empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para a realização de serviços nos sistemas, equipamentos e instalações das unidades da Advocacia-Geral da União localizados no Estado do Paraná.	X	Consta em edital	Consta em edital	Materiais, uniformes e EPI's	R\$ 1.029.131,36	4.001,00	12 meses	PR	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU	1/3/2023	
5	11060.728313/2022-51	Contratação de serviços continuados de manutenção predial, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de peças e materiais de reposição, para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento/RS	1 oficial eletricista; 1 oficial de manutenção predial	Consta em edital	Consta em edital	Materiais, equipamentos, ferramentas, uniformes e utensílios necessários	R\$ 248.303,74	5.929,00	12 meses	RS	RECEITA FEDERAL	12/20/2022	
6	-	Serviços continuados de manutenção predial corretiva e adequações nos imóveis do TRT da 9ª Região listados no Termo de Referência da setorial de LONDRINA, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços. Nas cidades de Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procopio, Ibaiti, Jacarezinho, Jaguariava, Londrina, Rolândia, Wenceslau Braz.	X	Consta em edital	Consta em edital	Fornecimento de materiais e emprego dos equipamentos necessários.	R\$ 120.000,00	23.695,33	6 meses	PR	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO	12/6/2022	
7	1.25.000.002778/2021-61	Prestação de serviços de manutenção predial continuada, manutenção dos sistemas de climatização e serviços periódicos e eventuais específicos, para o edifício-sede e imóveis ocupados pela Procuradoria da República no Estado do Paraná (PR/PR), em Curitiba, e também para a Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu/PR	Engenheiro Eletricista (10h mensais) Engenheiro Mecânico (10h mensais) Engenheiro Civil ou Arquiteto (10h mensais) 1 Eletricista Predial – Encarregado A 2 Oficial de Manutenção Predial – Oficial A 2 Mecânico em Refrigeração – Oficial A	Consta em edital	Consta em edital	Uniformes, insumos, ferramentas, equipamentos e materiais necessários	R\$ 922.521,27	10.050,00	12 meses	PR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	11/17/2022	
8	-	Serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, manutenção predial corretiva e adequações corretivas. Os serviços deverão ser efetuados nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região no estado de Santa Catarina.	X	Consta em edital	Consta em edital	Materiais e insumos necessários	R\$ 3.254.686,44	61.157,12	12 meses	SC	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	8/22/2022	
9	1.29.000.002274/2021-01	Contratação de empresa, ou consórcio de empresas, especializada em soluções de gestão para a prestação de serviços de	Coordenador Local, Encarregado, Oficial de Manutenção predial, Eletricista,	Consta em edital	Consta em edital	Insumos, ferramentas, equipamentos, materiais e mão	R\$ 917.108,60	8.395,63	30 meses	RS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL	2/23/2022	

		manutenção predial, manutenção dos sistemas de climatização, automação, sistemas de detecção, alarme e supressão de incêndio e serviços periódicos específicos, para o edifício-sede da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	Técnico em Eletrônica/ Telecomunicações/ Sonorização, Auxiliar de manutenção, Eletromecânico/Mecânico de Ar Condicionado, Técnico de operação e manutenção - Automação				de obra necessários					
10	08812.002143/2021-46	Manutenção preventiva e corretiva predial, incluindo as instalações elétricas, lógica, hidrossanitária, de combate e prevenção a incêndio, sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA), comunicação visual, entre outras.	1 Eletricista em Manutenção Predial 1 Bombeiro Hidráulico 1 Auxiliar de Manutenção Predial	Consta em edital	Consta em edital	Materiais, insumos, uniformes e solução tecnológica (software) de apoio ao gerenciamento	R\$ 2.361.433,73	12.013,72	24 meses	SC	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	10/25/2022

- 5.4. Da pesquisa em painel de preços verificou-se que:
- 5.4.1.A pesquisa é apenas uma amostra qualitativa, possui um universo reduzido frente ao volume de contratações existentes, sendo ideal que fosse feita uma revisão histórica mais aprofundada. Porém, considerando que todas as Unidades subordinadas financeiramente a esta SR/PF/PR estão sem contrato de manutenção predial e carentes de manutenções, tal pesquisa é inviável, porque se trataria de um grande projeto a ser desenvolvido durante meses, o que não cabe nesse momento.
- 5.4.2.A amostragem foi feita de forma aleatória valendo-se como parâmetro de busca a região sul do país e edificações com ocupação e finalidade similares, ou seja, repartições públicas com desenho interno predominante para salas de escritório.
- 5.4.3.Da amostra verifica-se que das 10, 7 licitações valeram-se de mão de obra residente, serviços sob demanda, serviços especializados e relação de peças e materiais (insumos) para mensurar a previsão de recursos a ser alocado para a contratação.
- 5.4.4.Das 10, 3 licitações optaram somente pela eventualidade, ou demanda, independente se especializada ou não, mas mantiveram uma previsão de insumos, ou serviços, para a adequada alocação de recursos.
- 5.4.5.Na amostra do item 7 verifica-se que além dos profissionais habilitados, exige-se a contratação, alocada por hora, de responsável técnico, seja engenheiro ou arquiteto.
- 5.4.6.Em todas as licitações pesquisadas está incluso o fornecimento de materiais e insumos necessários à execução dos serviços de manutenção predial;
- 5.4.7.Em relação ao custo estimado das contratações das licitações pesquisadas, verifica-se que a relação recurso/área ficou em:
- |                        |            |
|------------------------|------------|
| R\$ 10.016.427,91      | 152.851,88 |
| valor m² de manutenção | R\$ 65,53  |
- 5.4.8.Já para a contratação que se pretende celebrar essa relação ficou em:
- |                  |           |
|------------------|-----------|
| R\$ 1.264.672,71 | 29875,52  |
|                  | R\$ 41,96 |
- 5.4.9.Cabe ressaltar que não há como saber o nível de deterioração das edificações envolvidas na pesquisa, o que influencia diretamente na quantidade de recursos alocados.
- 5.4.10.Verificada a prospecção de dados no sistema painel de preços, parece razoável a contratação de manutenção predial de forma aglutinada, por meio de uma modelagem híbrida que racionaliza os recursos financeiros e privilegia os sistemas a serem mantidos. Impedindo assim que mão de obra seja alocada apenas pela quantidade serviço ou pelo tamanho da edificação, mas também pelo aspecto qualitativo da demanda e dos sistemas envolvidos.
- 5.4.11.Os documentos do levantamento de mercado, a partir da pesquisa de outras licitações, constam do Anexo IV de ETP - Documentos levantamento de soluções.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1.A solução como um todo contempla a contratação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, localizados no município de Curitiba/PR, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Guarapuava/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Paranaguá/PR e Ponta Grossa/PR.
- 6.2. Desta forma a solução de manutenção predial atenderá aos diversos tipos de manutenções necessárias para a adequada manutenção das edificações e seus respectivos sistemas, que deverão ser realizadas de forma coordenada.
- 6.3.A ABNT NBR 5674:2014 informa que *o programa de manutenção deve especificar se os serviços devem ser realizados por empresa capacitada, empresa especializada ou equipe de manutenção local*, e dá a seguinte definição para estes agentes:
- 3.2. empresa capacitada: organização ou pessoa que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado
- 3.3. empresa especializada: organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnicas específicas
- 3.4. equipe de manutenção local: pessoas que realizam diversos serviços, tenham recebido orientação e possuam conhecimento de prevenção de riscos e acidentes
- 6.4. A equipe técnica entende necessária a utilização de mão de obra residente (equipe de manutenção local) somente para o município de Curitiba e para a maior edificação, onde as manutenções corretivas e preventivas são rotineiras, considerando em especial que o contrato firmado anteriormente já previa a disponibilização de mão de obra. Entretanto, não há como a manutenção da edificação e de todos os seus sistemas ser realizada na totalidade apenas pela equipe local, necessitando ainda a contratação de serviços que vão além da capacitação e disponibilidade da equipe residente, bem como de serviços especializados para os diversos sistemas que compõem as edificações.
- 6.4.1.Ainda, considerando o volume de trabalho previsto no edifício sede da SR/PF/PR, e a logística de execução do contrato, a equipe residente (Oficial de Manutenção Eletricista, Oficial de Manutenção Pedreiro, Servente e Oficial de Manutenção Refrigeração) deverá executar atividades apenas no

edifício sede, sendo que as atividades de manutenções do GISE Curitiba e do Pátio do Hauer deverão ser executadas através dos itens de serviços contratados sob demanda e especializados.

- 6.5. Para as demais localidades, considerando a área construída e a ausência de contrato de manutenção nos últimos anos, os serviços de manutenção em sua totalidade serão contratados sem o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 6.6. Para todas as unidades, a área técnica entende necessária a contratação de supervisão técnica, que deverá ser realizada por profissional habilitado, e que deverá atuar de forma residente no edifício sede da SR/PF/PR, conforme horas estipuladas neste estudo.
- 6.7. Ainda será necessário o fornecimento de todos os materiais, peças e insumos necessários à prestação dos serviços, que deverá ser fornecido pela empresa contratada a fim de evitar interrupções e problemas com a garantia dos serviços. A prática do fornecimento conjunto dos materiais é justificada no decorrer do presente estudo e pode ser verificada na totalidade das contratações da Administração Pública estudadas e relacionadas no item 5 - Levantamento de Mercado.
- 6.8. Ainda destaca-se novamente a exigência de que a empresa a ser contratada disponibilize um software de gerenciamento da manutenção, que possibilite o registro de chamados e de atividades desenvolvidas, inclusive para gerenciamento das atividades desenvolvidas pela equipe residente.
- 6.9. Assim, a solução como pretendida engloba a contratação de serviços que deverão ser executados sob o regime de empreitada global e serviços que deverão ser executados sob o regime de empreitada unitário, conforme tabela abaixo:

Item	Serviços	Mão de Obra	Regime de Execução	Localidade da Prestação dos Serviços	Critério de Julgamento
1	Serviços de Supervisão Técnica - responsável todas as Edificações listadas no Anexo I deste ETP	Engenheiro Eletricista (Residente - Curitiba/PR)	Empreitada por Preço Global	Curitiba/PR	Menor Preço Global
2	Equipe Residente apenas Curitiba/PR	Oficial de Manutenção Eletricista Oficial de Manutenção Pedreiro Servente Oficial de Manutenção Refrigeração	Empreitada por Preço Global	Curitiba/PR	Menor Preço Global
3	Serviços Especializados - <b>Rotinas</b> de Manutenção - todas as Unidades		Empreitada por Preço Global	Curitiba/PR Guarapuava/PR Londrina/PR Maringá/PR Paranaguá/PR Ponta Grossa /PR	Menor Preço Global
4	Serviços Especializados - Sob Demanda - incluindo o fornecimento de peças e materiais - todas as Unidades		Empreitada por preço unitário	Curitiba/PR Guarapuava/PR Londrina/PR Maringá/PR Paranaguá/PR Ponta Grossa /PR	Maior desconto sobre a Tabela SINAPI
5	Serviços Gerais - Sob Demanda - incluindo o fornecimento de peças e materiais - todas as Unidades		Empreitada por preço unitário	Curitiba/PR Guarapuava/PR Londrina/PR Maringá/PR Paranaguá/PR Ponta Grossa /PR	Maior desconto sobre a Tabela SINAPI
6	Peças e Materiais - Sob Demanda - apenas Curitiba/PR		Empreitada por preço unitário	Curitiba/PR	Maior desconto sobre a Tabela SINAPI

- 6.10. Para os itens 4, 5 e 6, considerando que não é possível prever com precisão todos os serviços e materiais que serão necessários durante o período da contratação, opta-se por licitar com critério de julgamento de maior desconto sobre a tabela SINAPI.
- 6.11. Para os itens 4 e 5, as estimativas foram realizadas utilizando-se composições de serviços e materiais, considerando que as atividades não serão realizadas por equipe residente.
- 6.12. A estimativa do item 6 considera os materiais a serem utilizados pela mão de obra residente no município de Curitiba/PR.
- 6.13. A descrição das atividades e materiais, dos itens 4, 5 e 6, constantes na Planilha da Administração - Anexo II deste ETP, são orientativas para a formulação do valor de referência da licitação. A relação é apenas estimativa, não sendo exaustiva, podendo a Contratante se utilizar de qualquer dos itens presentes na planilha referencial do SINAPI e suas composições para a perfeita execução dos serviços necessários.
- 6.13.1. Os serviços e preços que não se encontram na tabela referencial adotada pela Administração, mas que decorrem da imprevisibilidade das demandas de manutenção predial, serão utilizados e aplicados em caráter eventual e acessório.
- 6.14. Ainda, durante a execução contratual, para os serviços e materiais que não constem da tabela SINAPI, o preço devido será calculado da seguinte forma:
- 6.14.1. O custo unitário, a exemplo dos procedimentos da SINAPI, será aquele correspondente à mediana dos custos dos orçamentos válidos.
- 6.14.1.1. A Contratada deverá apresentar no mínimo 3 (três) orçamentos válidos.
- 6.14.1.2. São considerados orçamentos válidos aqueles que não forem excluídos após tratamento estatístico. O tratamento estatístico terá por finalidade a exclusão de orçamentos excessivamente elevados e dos inexequíveis.
- 6.14.1.3. Considera-se um orçamento excessivamente elevado aquele que ultrapassar 25% da média de todos os orçamentos analisados.
- 6.14.1.4. Considera-se um orçamento inexequível aquele que for menor que 25% da média de todos os orçamentos analisados.
- 6.14.2. O preço do serviço será a soma do custo unitário definido na forma do subitem 6.14.1. supra, acrescido do BDI ofertado na licitação.
- 6.14.3. O preço devido, aquele compatibilizado com os valores ofertados na licitação, será o preço do serviço definido na forma do subitem 6.14.2. supra, subtraído o desconto ofertado na licitação.

6.14.4.A Contratante poderá realizar pesquisa complementar, caso julgue necessário, situação em que a pesquisa deverá ser considerada pela Contratada para definição do valor a ser cobrado.

6.15.Para todos os itens há a incidência de BDI, nos termos do art. 9º do Decreto 7983/2013, conforme justificativa da área técnica e cálculos constantes no Anexo V deste ETP - Justificativa e Composição dos BDIs Referenciais.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Em especial, para a definição das quantidades estimadas para o município de Curitiba/PR:

7.1.1. Levou-se em consideração o contrato encerrado em 11/12/2022, que havia sido firmado com a empresa OMS Engenharia, e que contemplava a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (1 Oficial Eletricista, 1 Oficial Hidráulica, 1 Auxiliar de Manutenção Predial e 1 mecânico de refrigeração), bem como o valor de peças estimado anual de R\$ 215.593,56 (duzentos e quinze mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

7.1.2. Esclarece-se que a edificação principal, é uma edificação de aproximadamente 15.000m² de área construída, possui 15 anos de uso e alguns de seus sistemas necessitam de cuidado rotineiro. O número de chamados corretivos e a periodicidade das rotinas preventivas, por si só, já justificam a presença de uma equipe residente, a abstração fica por conta da quantidade profissionais envolvidos, visto que o excesso de funcionários pode ocasionar ociosidade. A partir dessa premissa é que se inferiu a quantidade de serviços a serem contratados por demanda, na tentativa de evitar mão de obra ociosa e criar um equilíbrio entre a demanda e o número de profissionais envolvidos, da forma como descrita a seguir:

7.1.2.1.A equipe residente deverá contar com um Engenheiro Eletricista, que será o responsável técnico por todos os serviços e deverá cumprir determinado número de horas em função do serviço. A escolha do Engenheiro Eletricista reside no fato de que a maioria dos chamados de manutenção predial são afetas a disciplina de elétrica, ou terminam, mesmo que indiretamente, por demandar tal tipo de intervenção.

7.1.2.2. Para o sistema de climatização de água gelada chiller deverá haver um posto de trabalho dedicado, tal sistema possui baixo nível de automação, alarma várias vezes durante a semana e exige profissional capacitado para fazer as leituras, o manejo de válvulas, e as manobras de ligamento e desligamento adequadas. Além disso, existe uma rotina para a manutenção de 229 unidades de fancoletes e mais 77 splits avulsos. Sendo assim é inevitável a presença diária de um profissional que deverá ainda ser complementada pela supervisão de uma empresa especializada em sistema de água gelada para aqueles serviços que o residente não possua habilitação, capacidade operacional ou mesmo, agenda, visto a quantidade de rotinas já programadas.

7.1.2.3. Para os serviços usuais de manutenção predial tais como: elétrica, civil e hidráulica; a equipe foi montada valendo-se de 1 (um) oficial eletricista, 1 (um) oficial pedreiro e 1 (um) servente. Dessa maneira tem-se um profissional que conseguirá cumprir todas as demandas de elétrica, desde as leituras e inspeções diárias até os pequenos reparos e adequações, e outro profissional que conseguirá cumprir com as intervenções de hidráulica e de civil. Além disso, o servente estará disponível para auxiliar os profissionais de acordo com a necessidade.

7.1.2.4. Para a planilha de insumos (peças e materiais) - item 6 da nova contratação - as quantidades foram revisadas observando a necessidade de material que deverá ser fornecido para o trabalho da equipe residente. O valor estimado é inferior ao valor do contrato anterior, vez que nesta nova modelagem há a previsão de contratação de serviços fora do escopo da mão de obra residente, e portanto, alguns insumos já possuem previsão dentro das composições de serviços especializados e por demanda, como por exemplo no caso do sistema de combate a incêndio e nobreaks, de serviços de vidraçaria e serralheria, entre outros, que não fazem parte do escopo da mão de obra residente. Da planilha constam os materiais que mais comumente deterioram-se ou causam sinistros e as quantidades tem como balizador as instalações da própria edificação.

7.1.3. A IN Seges/MP 5/2017 veda a fixação de quantitativos de mão de obra (art. 63 e item 2.1, alínea "a", do Anexo VII-B) e determina a remuneração com base em mensuração de resultados (item 2.5, alíneas "d" e "d.1", do Anexo V). Porém, o próprio normativo prevê que, ante circunstâncias excepcionais, é possível contratar e remunerar com base no critério postos de trabalho (item 2.6, alínea "d.1.2", do Anexo V, e item 10.6, alínea "c", do Anexo VII-A).

7.1.3.1. Assim, considerando o exposto nos itens anteriores, e considerando o histórico de contratação, a característica da edificação e a realidade de dados disponíveis, entende-se como mais adequada a contratação de postos de serviços, para parte dos serviços a serem contratados no edifício sede da SR/PF/PR, em Curitiba.

7.1.3.2. Com a implementação da nova contratação, em especial de um software de gerenciamento da manutenção, que possibilite a obtenção de dados gerenciais das manutenções realizadas pela equipe residente, e estudo para eventual automação dos sistemas que compõem a edificação, será possível reavaliar a forma de contratação destes serviços.

7.2. Para as contratações de serviços não especializados, a serem contratados sob demanda, as quantidades foram estimadas, tendo como base as contratações similares da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu nos anos de 2020 e 2022, em dois contratos distintos, mas que usavam a mesma metodologia na aplicação dos serviços, qual seja, agrupamento de itens tais como equipe residente, serviços gerais sob demanda, serviços especializados e insumos.

7.2.1. São 4 itens que consolidam uma modelagem de sucesso em boa parte das licitações para manutenção predial do Governo Federal e, em especial, para a própria Polícia Federal em outras unidades. Foi por meio dessa modelagem que, de forma inédita, conseguiu-se consolidar um histórico de chamados e elaborar um mapa com todas as atividades envolvidas e a partir dele desenvolver uma metodologia que relaciona área de intervenção e o volume de chamados.

7.2.2. Sendo assim, foi feita uma média consolidada da quantidade de serviços que estes contratos geraram e a partir daí criou-se uma relação com a área das edificações envolvidas. Dessa maneira consegue-se criar uma razão entre as áreas das edificações objeto desta licitação, e a estimativa de serviços por ela demandadas.

7.2.3. Lançando mão dessa ferramenta consegue-se estimar um valor, baseado em composições para serviços SINAPI, para todo um ano de contratação. As composições contemplam os valores de serviços e de insumos estimados para a realização de atividades de manutenção predial.

7.2.4. Destaca-se que esta metodologia foi a considerada como a mais adequada para estimar os serviços, considerando a realidade já informada neste documento, da ausência de contrato para a maioria das edificações e da formatação da contratação anterior para a SR/PR, que dispunha apenas de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e que não abrangia toda a gama necessária de serviços para a adequada manutenção da edificação.

7.2.5. Além disso, foi aplicado um fator redutor, para compatibilizar o valor estimado com os limites orçamentários disponíveis para a contratação.

7.2.6. Os dados da revisão histórica consolidada constam nas planilhas 17 a 19 do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração.

7.3. Além disso, foi realizada pesquisa qualitativa, item 5 deste documento, que demonstra de forma sintética previsão de serviços, postos de trabalhos e insumos envolvidos em contratações similares e verificou-se que a solução adotada neste estudo, é uma das usuais no Serviço Público federal.

7.3.1. A grande dificuldade para esse tipo de contratação é definir uma métrica para o tempo médio de reparo. Porém a busca em literatura especializada, tanto em língua nativa quanto estrangeira, não produziu resultados. Caso houvesse um número aproximado para o tempo de reparo de determinado sistema seria fácil aduzir a razão entre tempo/profissional e dessa maneira haveria mais certeza se para determinada edificação a contratação deve se dar por posto de trabalho ou somente por evento.

7.3.2. Inexistindo um instrumento balizador a EPC lança mão da experiência com contratos semelhantes e da própria condição das edificações envolvidas no processo, levando-se em conta o tamanho da edificação, a idade, o uso e o nível de deterioração das instalações.



- 7.3.3.Dessa maneira ficou arrazoado que para as edificações de pequeno e médio porte não haveria necessidade de manter uma equipe residente, além disso são edificações de construção recente (média de 11 anos) e outras estão sob regime de cessão ou alugadas, o que não exime a obrigação de manter as condições originais do imóvel.
- 7.3.3.1.Ao não prever a equipe residente neste imóveis a contratação será por resultado, conforme o prescrito como regra pela IN MPDG nº 05/2017, sendo que os serviços e peças somente serão pagos quando efetivamente executados.
- 7.4.Os serviços especializados, tanto para os serviços rotineiros, quanto sob demanda, foram quantificados valendo-se da necessidade de determinada intervenção multiplicada pelo número de equipamentos existentes. Sendo assim para cada equipamento avaliou-se um número mínimo de intervenções por ano, e ainda, levando em conta que alguns não necessitarão de qualquer reparo, ao passo que outros poderão ser objeto de intervenção mais de uma vez ao ano. O relatório com os dados dos equipamentos existentes constam nas planilhas 13 a 16 do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração e as memórias de cálculo constam das planilhas 3 e 4 do mesmo anexo.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 2.529.345,42

- 8.5.Os serviços de engenharia devem ter os seus custos estimados conforme a metodologia prevista no Decreto nº 7.983/2013, inclusive em função do disposto na IN SEGES/ME nº 91/2022, e as planilhas estimativas de custos devem ser elaboradas pelo profissional competente, com o devido registro da ART/RRT. A Planilha da Administração - constante no Anexo II deste ETP foi elaborada conforme estas diretrizes.
- 8.5.1.Os custos estimados para a contratação, levaram em conta os valores contidos na SINAPI e nas pesquisas de mercado para os itens que não constam na SINAPI. As planilhas de referência SINAPI constam nas planilhas 20-A e 20-B, e as cotações de mercado na planilha 12, todas do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração. Os comprovantes da pesquisa de preços detalhada de mercado consta ainda do Anexo III deste ETP.
- 8.5.1.1.A IN SEGES/ME nº 65/2021, já no § 1º do Art. 1º estabelece que as normas daquela IN não se aplicam às obras e serviços de engenharia. Se assim não fosse, o trabalho de pesquisa de preços de serviços de engenharia que contemplam mais de 1000 itens seria inviável, frente ao tempo necessário para sua realização, e com custo superior ao benefício que se pretende atingir com a aplicação da referida IN.
- 8.5.1.2.Para os itens constantes na Tabela SINAPI, foram adotados os custos unitários iguais ao da referência 01/2023.
- 8.5.1.3.Para os itens que não constam na Tabela SINAPI foi realizada pesquisa de mercado, com no mínimo três fornecedores e destes foi extraído a mediana, e, quando utilizada outras tabelas de referência essa vale como uma cotação de três.
- 8.5.1.4.A pesquisa direta, com fornecedores, indústria e sítios de venda especializada, retornou resultados positivos, permitindo a confecção de uma planilha mais robusta, e critérios de admissibilidade para mensurar o custo unitário a ser ofertado.
- 8.5.1.5.Para elaboração dos custos unitários foram adotadas, para alguns itens, composições adaptadas do SINAPI, nos termos do art 8 do Decreto 7.983 de 2013, as quais constam nas planilhas 10 e 11 do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração.
- 8.5.2.Para os serviços da equipe residente, que são também enquadrados, como contratações com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a planilha de custos foi elaborada em combinação das disposições do Decreto nº 7.983/2013 com as disposições da IN MPDG nº 05/2017.
- 8.5.2.1.Foram utilizadas as Convenções Coletivas SINDUSCON-PR 2022/2024 de registro:
- 8.5.2.1.1.NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001817/2022
- 8.5.2.1.2.DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/07/2022
- 8.5.2.1.3.NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR035964/2022
- 8.5.2.1.4.NÚMERO DO PROCESSO: 13068.104623/2022-31
- 8.5.2.1.5.DATA DO PROTOCOLO: 18/07/2022
- 8.5.2.2.Foi considerado o período de duração do contrato em 60 meses.
- 8.5.2.3.Para a remuneração base do Oficial Mecânico de Refrigeração, considerando não haver Convenção Coletiva própria e a fim de manter a paridade com os valores e atribuições deste posto de trabalho com o Caderno SINAPI, deverá haver um acréscimo de 11,11% em cima do do valor base de remuneração do oficial de manutenção padrão (profissional pedreiro ou profissional eletricista). Tal apontamento (cálculo) já se encontra na Planilha da administração, na célula onde consta o salário normativo da categoria, do oficial mecânico.
- 8.5.2.4.Para o módulo 6 foi utilizado o BDI, em atendimento ao disposto no 9º do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece que o preço global de referência das obras e serviços de engenharia será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI.
- 8.5.2.5.Ainda, entende-se que o cálculo na forma do Decreto nº 7.983/2013 reflete de forma mais adequada os custos dos serviços de engenharia do que a forma prevista na IN MPDG nº 05/2017, que não contempla os custos específicos dos serviços de engenharia.
- 8.5.3.Desoneração da folha de pagamento
- 8.5.3.1.Foi utilizada a opção pela desoneração da folha de pagamento, conforme informações detalhadas no Anexo V - Justificativa e Composição dos BDIs Referenciais.
- 8.5.4. **Composição do BDI**
- 8.5.4.1.As justificativas e os parâmetros adotados para a composição do BDI constam do Anexo V deste ETP, e os BDIs adotados constam com composição detalhada também nas planilhas 7 e 8 do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração, e seguem resumidos abaixo:
- 8.5.4.2. **BIDs ADOTADOS**
- 8.5.4.2.1. **PARA MÃO DE OBRA**
- 8.5.4.2.1.1.De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para mão de obra (serviços) deve estar compreendidos entre os seguintes valores:
- |                         |            |        |            |
|-------------------------|------------|--------|------------|
| CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS | 1º QUARTIL | MÉDIO  | 3º QUARTIL |
|                         | 20,34%     | 22,12% | 25,00%     |
- 8.5.4.2.1.2.O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).
- 8.5.4.2.1.3.Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDIs para a mão de obra nos serviços de manutenção predial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná SR/PF/PR, bem como nas suas unidades subordinadas DPF/PNG/PR, DPF/PGZ/PR, DPF/GPB/PR, DPF/LDA/PR E DPF/MGA/PR é conforme demonstrado abaixo:

18/09/2023, 14:35

SEI/PF - 31433193 - TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

8.5.4.2.1.3.1. Para a SR/PF/PR: 31,15%;

8.5.4.2.1.3.2. Para a DPF/MGA/PR: 28,20%;

8.5.4.2.1.3.3. Para a DPF/LDA/PR: 28,20%;

8.5.4.2.1.3.4. Para a DPF/PGZ/PR: 31,15%;

8.5.4.2.1.3.5. Para a DPF/GPB/PR: 31,15%;

8.5.4.2.1.3.6. Para a DPF/PNG/PR: 29,66%;

8.5.4.2.1.4. Os valores de BDI's, apresentados ficaram acima do 3º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, em decorrência do valor de CPRB, pois foram calculados **COM desoneração**. Sem desoneração os valores ficariam entre o 1º e 2º quartil.

8.5.4.2.2. **PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

8.5.4.2.2.1. De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve estar compreendidos entre os seguintes valores:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

8.5.4.2.2.2. O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).

8.5.4.2.2.3. Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDI para mero fornecimento de materiais e equipamentos para todas as unidades é de 18,13%. O valor absoluto extrapola os limites impostos pelo TCU por conta da desoneração.

8.5.4.2.2.4. O valor de BDI, sem desoneração, apresentado ficou enquadrado entre o médio e o 3º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

8.5.5. A previsão de recurso para o software de gerenciamento da manutenção, para registro de abertura de chamados e gerenciamento está incluída no BDI. A premissa é que tais aplicações são faturadas por quantidade de usos, vendida na maior parte das vezes com pacotes de quantidades. De outro lado a empresa ainda pode compartilhar a mesma solução com uma variedade de contratos, como por exemplo, pagando um pacote de 200 chamados por mês, porém divididos em 3 contratos, cada um com a sua quantidade, e ainda, de acordo com a demanda a empresa pode suprimir ou onerar o seu pacote junto com a dona da solução. Sendo assim, a maneira mais fiel de contingenciar recursos para este tipo de obrigação é por meio do BDI, incluindo na Administração Central, pois a empresa será recompensada pela quantidade de vezes que necessitou usar o sistema, visto que qualquer tipo de demanda deverá estar atrelada a uma ordem de serviço.

8.5.6. **Assim, os valores estimados, considerando todo o apontado acima e o detalhamento contido no Anexo II deste ETP, seguem resumidos na tabela abaixo:**

Item	Descrição	CATSER	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total
1	SUPERVISÃO TÉCNICA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 12.101,58	R\$ 145.218,93	R\$ 290.437,86
2	EQUIPE RESIDENTE - APENAS CURITIBA	1627	Mês	24	R\$ 31.173,36	R\$ 374.080,30	R\$ 748.160,61
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - ROTINAS DE MANUTENÇÃO - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 15.007,62	R\$ 180.091,40	R\$ 360.182,81
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 7.116,30	R\$ 85.395,57	R\$ 170.791,14
5	SERVIÇOS GERAIS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 25.986,58	R\$ 311.838,99	R\$ 623.677,98
6	PEÇAS E MATERIAIS - APENAS CURITIBA	1627	Mês	24	R\$ 15.417,33	R\$ 185.007,92	R\$ 370.015,84
Valor Total Estimado dos Serviços					R\$ 106.802,76	R\$ 1.281.633,12	R\$ 2.563.266,24

8.5.7. **Foi elaborada a curva ABC de insumos e a curva ABC de serviços, que discriminam os itens de maior impacto na contratação. As curvas encontram-se detalhadas nas planilhas 21 e 22 do Anexo II deste ETP - Planilha da Administração.**

8.6. **Outros** Modelos de Estimativa

8.6.1. Com o intuito de ampliar a pesquisa e colocar o valor da contratação dentro um cenário onde cálculo do investimento em Manutenção Predial é realizado utilizando a relação entre área e valor da construção temos o seguinte:

Métodos Valor de Manutenção Predial

Baseado no valor da construção			
Método		%	Tipo de uso
Fuschle	1970	1	escritório
Schulbauinstitut der La"nder	1972	1	construção
		3	equipamento
Burianek	1973	2	edifícios

Vogels	1977	1-1,5	edifícios
Koehn	1976	1,0-2,0	Residência
		1,0-1,5	Fábricas
		1,5-2,5	Escritórios
Gerardy	1980	1,0-1,2	edifícios
Simons and Sager	1980	1	residências
Peters	1984	1.9	residências
Hampe	1986	0,8-1,8	residências
Schroder	1989	1.1	Prédios Públicos
Baseado no valor de substituição			
IPbau	1994	0.8-1.1	residências - preservação da função
Frutig and Reibich	1995	1.6-2.6	restauração
		1,0-2,0	bancos
		2,0-4,0	comércio
		3,0-6,0	hospitais
		2,5-5,0	centro de convenções
Christen and Meyer	1999	1.25	residências
EFNMS	2001	1,0-3,0	
PABI	2007	0,6	0-10 anos
		1,3	10-20 anos
		1.6	20-30 anos
		5,6	30-40 anos
		2,6	40-45 anos

<sup>1</sup>Bahr, Caroli (2008) *Análise de dados reais para custos de manutenção de edifícios públicos*

8.6.2.Como base de cálculo será utilizado CUB-PR para prédios comerciais e andares livres. Cabe ressaltar que no valor do CUB não estão incluídos os sistemas acessórios (climatização, combate à incêndio, gerador, etc), e nem as fundações, o que dependendo da edificação pode agregar até 30% nos valores finais.

8.6.3.Multiplicando a área da edificação pelo CUB teremos o valor para cada método que mais se assemelha a realidade da contratação, temos assim:

Valor do CUB		
CUB/CAL -8		2.535,56
Curitiba- 18.490,49m <sup>2</sup>		
	%	R\$ 46.883.746,82
Fuschle	1,00%	R\$ 468.837,47
Burianek	2,00%	R\$ 937.674,94
Vogels	1,00%	R\$ 468.837,47
Koehn	2,00%	R\$ 937.674,94
Schroder	1,10%	R\$ 515.721,22
EFNMS	2,00%	R\$ 937.674,94
PABI	1,60%	R\$ 750.139,95
Londrina- 3.367,22m <sup>2</sup>		
	%	R\$ 8.537.788,34
Fuschle	1,00%	R\$ 85.377,88
Burianek	2,00%	R\$ 170.755,77
Vogels	1,00%	R\$ 85.377,88

	Koehn	2,00%	R\$ 170.755,77
	Schroder	1,10%	R\$ 93.915,67
	EFNMS	2,00%	R\$ 170.755,77
	PABI	1,60%	R\$ 136.604,61
Maringá- 2.079.65m <sup>2</sup>		%	R\$ 5.273.077,35
	Fuschle	1,00%	R\$ 52.730,77
	Burianek	2,00%	R\$ 105.461,55
	Vogels	1,00%	R\$ 52.730,77
	Koehn	2,00%	R\$ 105.461,55
	Schroder	1,10%	R\$ 58.003,85
	EFNMS	2,00%	R\$ 105.461,55
	PABI	1,60%	R\$ 84.369,24
Guarapuava- 1.550,16m2		%	R\$ 3.930.523,69
	Fuschle	1,00%	R\$ 39.305,24
	Burianek	2,00%	R\$ 78.610,47
	Vogels	1,00%	R\$ 39.305,24
	Koehn	2,00%	R\$ 78.610,47
	Schroder	1,10%	R\$ 43.235,76
	EFNMS	2,00%	R\$ 78.610,47
	PABI	1,60%	R\$ 62.888,38
Ponta Grossa- 1.311 m <sup>2</sup>		%	R\$ 3.324.119,16
	Fuschle	1,00%	R\$ 33.241,19
	Burianek	2,00%	R\$ 66.482,38
	Vogels	1,00%	R\$ 33.241,19
	Koehn	2,00%	R\$ 66.482,38
	Schroder	1,10%	R\$ 36.565,31
	EFNMS	2,00%	R\$ 66.482,38
	PABI	1,60%	R\$ 53.185,91
Paranaguá- 3.578,00m <sup>2</sup>		%	R\$ 9.046.878,08
	Fuschle	1,00%	R\$ 90.468,78
	Burianek	2,00%	R\$ 180.937,56
	Vogels	1,00%	R\$ 90.468,78
	Koehn	2,00%	R\$ 180.937,56
	Schroder	1,10%	R\$ 99.515,66
	EFNMS	2,00%	R\$ 180.937,56
	PABI	1,60%	R\$ 144.750,05

TOTAL

Fuschle	R\$ 774.194,43
Burianek	R\$ 1.548.388,85
Vogels	R\$ 774.194,43
Koehn	R\$ 1.548.388,85
Schroder	R\$ 851.613,87
EFNMS	R\$ 1.548.388,85
PABI	R\$ 1.238.711,08
MEDIANA	R\$ 1.238.711,08
Valor Previsto	R\$ 1.203.003,18

8.6.4. Ainda que o valor do CUB fosse aceito como uma amostra fiel do m<sup>2</sup> construído dessas edificações, fica visível que dos sete métodos escolhidos, três ficaram acima do valor da proposta e, se extrapolando o conceito fosse adotada a mediana entre esses valores, ainda assim teríamos um valor equivalente ao que foi previsto.

8.6.5. Dessa maneira, infere-se que o recurso dispensado para esta contratação está abaixo das expectativas usuais, o que seria evitado com uma melhor gestão de investimentos não fosse o contingenciamento de recursos destinados ao custeio e práticas similares.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O objeto da pretendida contratação trata de manutenção predial para 6 localidades agregadas em um mesmo contrato, sendo que na edificação de maior tamanho, localizada na cidade de Curitiba, haverá contratação por posto de trabalho, enquanto nos outros 5 locais somente por demanda ou subcontratação de sistema especializado. Nesse sentido, recorrer a contratos separados seria muito pouco atrativo, visto a baixa previsão de empenho por localidade, cerca de R\$50.000,00 ao ano.

9.2. Caso a licitação fosse desmembrada em vários procedimentos haveria risco de comprometer a eficiência da execução dos serviços, além da possibilidade de aumento nos custos diretos e indiretos tanto da contratação/execução quanto da gestão desses procedimentos.

9.3. Dessa Maneira, a contratação de postos de trabalho + materiais + serviços (sob demanda gerais e especializados) é o modelo que mais se adapta ao atual cenário das edificações objeto de contrato visto que:

9.3.1. Algumas dessas edificações nunca tiveram contrato de manutenção, outras estão sem contrato há anos, sendo assim os equipamentos, sistemas e a própria alvenaria das edificações serão alvo de inúmeras intervenções.

9.3.2. Neste contexto, caso a contratação não seja agrupada, haveria uma diversidade de contratos, onde vários personagens teriam que interferir para realizar as etapas separadamente, tais como: avaliar o tipo de intervenção, realizar a cotação e compra de materiais e, por fim, executar o serviço.

9.3.3. Assim, caso fosse utilizado um modelo não agrupado, com contratos separados para serviço e aquisição de materiais, haveria o risco de que determinadas demandas não fossem resolvidas com a celeridade necessária, pois haveria a possibilidade de determinada centro de custo (serviço ou material) não possuir disponibilidade orçamentária, além de ser necessária a alocação de pessoal para tal atividade, gerando incalculáveis prejuízos na área técnica e, consequentemente, financeira da unidade, pois a não resolução de certa não-conformidade pode ocasionar danos a pessoas e instalações.

9.3.4. Em que pese a regra ser o desmembramento em várias contratações, deve-se avaliar no caso concreto se a medida será realmente efetiva. A avaliação que se faz é que o fracionamento da solução irá comprometer o resultado dos trabalhos e não há dúvidas que a depender do serviço teria-se várias empresas executando a mesma demanda. Além disso haveria dificuldade para manter a garantia dos serviços uma vez que cada contratado iria afastar-se da responsabilidade, argumentando interferência dos serviços prestados por outro.

9.3.5. Assim, todas considerações acima, justificam o agrupamento e o afastamento da opção de parcelamento, vez que a própria Lei n. 14.133/2021, estabeleceu no artigo 47, § 1º, que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e ainda o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3.6. Quanto a esta última abordagem é importante considerar que mesmo com a modelagem tal como apresentada, o valor do contrato ainda é significativamente baixo se comparado a outros contratos da Administração Pública, não havendo portanto, uma restrição indevida da competição para empresas de grande porte.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”

11.2. A pretendida contratação vai também ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, que foi atualizado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF No 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.2.1. Pessoal motivado;

11.2.2. Apoio logístico efetivo;

11.2.3. Credibilidade mantida.

11.3. Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário/cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.

11.4. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

11.4.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

11.4.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

11.5. Dentro do objetivo Institucional ainda temos:

11.5.1. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

11.6. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

## 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Conforme demonstrado nesse estudo preliminar, o resultado que se busca é o retorno sobre Investimento (ROI - Return on Investment) do bem público com cuidados de manutenção profissionais. Evita-se assim que por demora, ausência de manutenção ou profissional adequado o bem público se deteriore, o serviço público seja interrompido e a imagem da organização pública seja afetada. Manter um processo de gestão de manutenção contínuo permite que custos onerosos não ocorram, pois pela continuidade dos serviços os gastos são otimizados durante o processo de manutenção.

12.2. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa na diminuição do absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios. Além disso, concorre também para a gestão inteligente e eficiente dos sistemas e equipamentos objeto do presente estudo, otimizando o consumo de energia e água e diminuindo a necessidade de intervenções não planejadas, que estatisticamente são mais onerosas, tanto do ponto de vista econômico, como de disponibilidade dos sistemas.

12.3. Como a presente contratação possibilitará a manutenção de todas as edificações desta Unidade Gestora, e considerando a disponibilização de software para gerenciamento da manutenção, um dos benefícios a serem alcançados será também a obtenção de dados gerenciais que possibilitem a melhora da gestão da manutenção das edificações.

## 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. As edificações, objeto da contratação, possuem ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

13.2. Para a fiscalização e gestão do contrato e, para a fase de julgamento das propostas, deverão haver servidores capacitados e treinados, ao menos dois de cada, para que não haja prejuízo, por desídia ou má qualificação, à Administração Pública e, para que se mantenha a saúde contratual durante toda a sua vigência.

## 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A pretendida contratação possui baixo grau de risco em relação aos impactos ambientais por ela produzidos, e são de fácil mitigação. Trata-se de manutenção predial onde o nível de intervenção é reduzido, são pequenas reformas ou substituição de peças e equipamentos defeituosos. Sendo assim os cuidados com o impacto ambiental resumem-se ao descarte racional dos resíduos produzidos, bem como a aquisição de insumos cuja procedência esteja de acordo com os normativos ambientais.

14.2. A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverão, sempre que possível, atender os critérios de sustentabilidade, dentre eles, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros. Além disso, as atividades afetas ao objeto da contratação devem se pautar pela economia de recursos gastos com a manutenção e operacionalização da edificação, como também a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

14.3. Ainda foram relacionados diversos critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser observados pela Contratada durante a execução contratual.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.2. A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar resume e atualiza todas as informações constantes no Processo SEI 08385.002737/2021-34, e a sua apresentação concomitante ao Termo de Referência se justifica pela materialização de todo o planejamento para esta contratação que está sendo realizado desde novembro de 2021.

15.3. Além disso, foram apresentadas justificativas complementares na Nota Técnica nº 04/2023-GTED/SR/PF/PR e seu Anexo I (documentos SEI 30105625 e 30134852), em decorrência do Parecer 557/2023-NJURE-CJU-ENGENHARIA-CGU/AGU, sendo que tais documentos são incorporados ao presente ETP, equanto Anexo VI.

### 15.4. VIABILIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

15.4.1. A Superintendência Regional no Paraná, através do Grupo Técnico de Edificações (GTED), possui no seu elenco quadro técnico interdisciplinar que fornecerá suporte em todas as etapas do processo. Porém, trata-se de um quadro reduzido, com vários contratos na pauta. Sendo assim, é indispensável que as unidades contempladas colaborem com mais servidores para a realização do processo. As unidades contempladas deverão fornecer servidores capacitados, preferencialmente na área de engenharia e de contratações, para que o projeto siga dentro do prazo para contratação. Além disso, durante a etapa de fiscalização é imprescindível a disponibilidade de servidor que ocupe a função de fiscal setorial.

### 15.5. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

15.5.1. Os custos do projeto são compatíveis e estão dentro da previsão orçamentária para o ano de 2023.

### 15.6. VIABILIDADE TÉCNICO LEGAL

15.6.1. O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram elaborados em harmonia com a Instrução Normativa 05/2017 MPDG, o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o manual Obras Públicas do TCU e o manual de Licitações e Contratos do TCU. A documentação legal (RGI, matrícula, cadastro no SPU) dos imóveis onde serão realizadas as intervenções, estão de acordo com as recomendações dos órgãos de controle, a fim de que não se utilize verba, realize benfeitoria ou manutenção em imóvel que não seja da Polícia Federal/MJ.

## 15.7.VIABILIDADE AMBIENTAL

15.7.1.Trata-se de contratação de serviço que produz reduzido impacto ambiental, não se trata de obra, portanto trata-se de quesito não aplicável no que diz respeito à necessidade de certidões ou autorizações junto aos órgão ambientais. Restam observações, que foram elencadas neste instrumento, quanto à obtenção e descarte de insumos que obedeçam aos requisitos mínimos de eficiência energética/reciclagem e que estejam de acordo com a legislação ambiental.

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 do ETP - Descrição das Edificações (SEI nº 30149879)  
Anexo 2 do ETP Planilha da Administração (SEI nº 30603695)  
Anexo 3 do ETP Pesquisa de Preços de Mercado (SEI nº 30603890)  
Anexo 4 do ETP - Documentos Levantamento de Soluções (SEI nº 30176056)  
Anexo 5 do ETP - Justificativa e Composição BDIs (SEI nº 30176148)  
Anexo 6 do ETP - Nota Técnica e Anexo (SEI nº 30176339)



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ DONDONI, Agente de Polícia Federal**, em 15/09/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA BOUZAS, Agente de Polícia Federal**, em 15/09/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=31433193&crc=61E41367](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31433193&crc=61E41367).

Código verificador: **31433193** e Código CRC: **61E41367**.